

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Os trabalhadores da SILOPOR – Empresa de Silos Portuários, S.A. aprovaram em plenário a convocação de uma greve que se realizou no dia 31 de janeiro de 2024, pelo período de 24 horas, exigindo melhores salários, progressão na carreira, revisão do acordo de empresa e a integração nos quadros dos trabalhadores que se encontram em regime de outsourcing.

A Silopor é uma empresa detida a 100% pelo Estado, é uma empresa estratégica para o país e que apresenta lucros. Em 2022, apresentou cerca de 3,83 milhões de euros de lucros, mais 60,1% face a 2022, e prevê-se que o ano de 2023 seja o ano mais lucrativo da empresa. Atualmente, a Silopor é responsável pelo descarregamento e armazenamento de praticamente 60% dos cereais que Portugal importa, sendo que o país importa mais de 90% dos cereais que consome.

Apesar de ser uma empresa estratégica para o país, está em processo de liquidação há mais de 25 anos. No relatório que acompanhou a proposta do Orçamento do Estado para 2023, o Governo anunciou que previa concluir o processo de entrega da empresa a privados. Já em gestão, o executivo do Partido Socialista decidiu deixar para o próximo Governo a decisão relativamente ao lançamento de um concurso público, e renovou o mandato da comissão liquidatária até junho de 2025, altura em que termina o contrato de concessão da Silopor.

Esta situação condicional – necessariamente – os investimentos em grande escala, no que diz respeito, por exemplo, ao aumento da sua capacidade de armazenagem e tem servido também de justificação para a precarização laboral e desvalorização salarial.

A situação dos trabalhadores da Silopor é insustentável. Estes trabalhadores exigem a valorização dos seus salários e não aceitam as limitações impostas pelo Ministério das Finanças - que é quem tem a gestão da empresa – e pela comissão liquidatária da empresa, de um aumento de até 5% da massa salarial, onde se incluem as promoções e o pagamento do trabalho suplementar.

As reivindicações prendem-se também com a revisão do Acordo do Empresa, “*garantindo uma maior e mais célere progressão na carreira, até como forma de compensar os trabalhadores pelo congelamento de carreiras ocorrido no período da troika*”, de acordo com o comunicado do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal (CESP).

Acresce ainda que cerca de 23 trabalhadores têm vínculo precário, uma vez que foram contratados por empresas de trabalho temporário e exercem funções na Silopor, alguns dos quais a prestar serviço diariamente na empresa desde 2019. Atualmente, a Silopor tem, para este efeito, contratos em vigor com três empresas de trabalho temporário diferentes. É inaceitável a situação que em que estes trabalhadores se encontram e exige-se a sua integração nos quadros da empresa.

De acordo com declarações do CESP, adesão à greve foi total e poderia ter sido integral e, nesse sentido, ter incluído os trabalhadores em regime de outsourcing, no entanto estes trabalhadores foram pressionados pelas chefias, para que se apresentassem ao serviço.

Num momento em que assistimos a um aumento generalizado dos bens essenciais, a um aumento das prestações do crédito habitação, a um aumento das rendas, é urgente que o Governo, que tem a gestão desta empresa estratégica para o país e que tem apresentado lucros, garanta a estabilidade dos postos de trabalho destes trabalhadores, a sua valorização salarial e progressão na carreira. É urgente que o Governo assuma uma posição relativa ao futuro da Silopor que tem de passar pela sua não privatização e garantia de gestão pública.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério das Finanças, as seguintes perguntas:

1. Vai o Governo assegurar aos trabalhadores da Silopor a revisão e valorização dos seus salários e afastar a limitação imposta?
2. Está o Governo disponível para rever o Acordo de Empresa e assegurar a progressão na carreira aos trabalhadores da Silopor?
3. Vai o Governo integrar nos quadros da Silopor os cerca de 23 trabalhadores que se encontram em regime de outsourcing, apesar de constituírem necessidades permanentes da empresa?
4. Pretende o Governo manter a gestão pública da Silopor, enquanto empresa estratégica para o país e que se prevê que em 2023 irá apresentar lucros superiores a qualquer registo anterior?

Palácio de São Bento, 1 de fevereiro de 2024

Deputado(a)s

JOANA MORTÁGUA(BE)

JOSÉ MOURA SOEIRO(BE)